# O PROJETO DE BRASIL DA CLASSE TRABALHADORA

## EDUCAÇÃO, DIREITOS E DEMOCRACIA PARÁ TRANSFORMAR O FUTURO

Suprema
Sua luta, sua voz, sua força!

FETAMCE

CONFETAM
CONFEDERAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

PSI INTERNACIONAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CUT CEARÁ
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

# DIRETORIA DO SUPREMA

**NIVIA MARQUES**
Presidenta

**ELZA SALES**
Vice-presidenta

**VIVIAN KELLY**
Secretária-geral

**ANDRÉA CIDÁLIA**
Sec. de Finanças e Patrimônios

**PEDRO HERMANO**
Sec. de Formação e Política Sindical

**VALDILENE ROCHA**
Sec. de Políticas de Gênero

**MARINA VIEIRA**
Sec de Saúde do/a Trabalhador/a

**DANIEL BENTO**
Sec. de Imprensa e Comunicação

**NEIDE BARROS**
Sec. de Assuntos Jurídicos

# SUPLENTES DA DIRETORIA

CLÁUDIA REGINA • DEISON WEBERT • NAYARA VIEIRA

# CONSELHO FISCAL

JANAINA SANTANA • CRISEILANE MENESES

# SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

ALCY MARTINS • CÉLIA ALBUQUERQUE • RAFAEL ARAÚJO


# EXPEDIENTE:

Texto: **Rafael Mesquita**
Revisão: **Nivia Marques e Elza Sales**
Direção de Arte: **Germana McGregor**
Projeto gráfico: **Toni Amaral**

# APRESENTAÇÃO

Em 2026, o Brasil voltará a decidir seus rumos.

Serão eleitos presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Mais uma vez, diferentes projetos políticos disputarão a confiança da população brasileira e apresentarão suas propostas para o futuro do país.

Mas para os trabalhadores e trabalhadoras da educação, a principal questão não é apenas quem será eleito.

A pergunta fundamental é: qual projeto de Brasil estará representado nas urnas?

A história demonstra que as escolhas políticas produzem consequências concretas na vida da população. Elas influenciam o financiamento da educação pública, a valorização das e dos profissionais da educação, a garantia dos direitos sociais, a qualidade dos serviços públicos, a proteção da democracia e as oportunidades oferecidas às futuras gerações.

Por essa razão, o Sindicato Unificado das e dos Profissionais em Educação de Maracanaú (SUPREMA) decidiu contribuir com este debate por meio desta cartilha.

Mais do que uma análise eleitoral, este material representa uma reflexão coletiva sobre o país que a classe trabalhadora precisa e merece construir.

Ao longo de sua trajetória, o Suprema tem atuado na defesa da educação pública, da valorização profissional, da democracia, dos direitos sociais e da participação popular. Essa atuação nos ensinou que a luta em defesa da educação não pode estar separada da luta por um projeto de sociedade mais justo, democrático e igualitário.

Não existe educação pública forte em uma sociedade marcada pela fome, pela exclusão, pela concentração de renda e pela retirada de direitos.

Não existe valorização das e dos profissionais da educação sem democracia, participação popular e compromisso do Estado com as políticas públicas.

Por isso, esta cartilha não pretende indicar candidatas ou candidatos ou apresentar plataformas eleitorais. Seu objetivo é contribuir para reflexões e para a formação política da categoria e para o debate público sobre os desafios do Brasil, do Ceará e de Maracanaú.

O que está em disputa nas eleições não são apenas governos.

São projetos de sociedade.

São diferentes visões sobre o papel do Estado, os direitos da população, a educação pública, a valorização do trabalho e o futuro das próximas gerações.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora apresentado nestas páginas nasce da convicção de que a democracia, a educação, os direitos humanos, os serviços públicos e a justiça social devem ocupar o centro das decisões nacionais.

Porque acreditamos que o Brasil que queremos não será construído pelos privilégios de poucos.

Será construído pela participação consciente, pela organização coletiva e pela luta permanente da classe trabalhadora.
Nós somos o povo e nós vamos à luta!

Diretoria do Sindicato Unificado das e dos Profissionais em Educação de Maracanaú (Suprema)

# 1. O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS

"Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos."

**Paulo Freire**

Pensar o futuro exige compreender o presente. E compreender o presente exige conhecer a história que nos trouxe até aqui.

O Brasil que temos hoje é resultado de intensas disputas políticas, econômicas e sociais travadas ao longo das últimas décadas. É um país marcado por profundas desigualdades, mas também por uma longa trajetória de resistência e organização popular. É um país onde convivem enormes riquezas e profundas injustiças. Um país que avançou na garantia de direitos, mas que também assistiu, em diferentes momentos, a tentativas de desmontar conquistas históricas da classe trabalhadora.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco civilizatório para o povo brasileiro. Ela consolidou direitos sociais, fortaleceu a democracia e estabeleceu princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. A partir dela, foram ampliadas políticas públicas voltadas para a educação, a saúde, a assistência social, a valorização do trabalho e a redução das desigualdades.

Entretanto, os avanços conquistados pela luta popular passaram a sofrer fortes ataques a partir da ruptura institucional ocorrida em 2016. O período que se seguiu foi marcado pela adoção de políticas de austeridade fiscal, pela redução do papel do Estado, pelo enfraquecimento dos serviços públicos e pela retirada de direitos trabalhistas e previdenciários.

A Emenda Constitucional do Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e outras medidas aprovadas naquele contexto impactaram diretamente a vida da população brasileira, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras que dependem dos serviços públicos e da proteção social garantida pelo Estado.

A eleição presidencial de 2018 aprofundou esse processo. O país passou a conviver com frequentes ataques às instituições democráticas, à ciência, à educação pública, às universidades, aos movimentos sociais e aos direitos humanos. Cresceram a intolerância, a disseminação da desinformação e os discursos de ódio contra mulheres, população negra, povos indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBTQIAPN+.

A pandemia da Covid-19 evidenciou ainda mais as fragilidades desse modelo. Milhões de brasileiros enfrentaram a fome, o desemprego, a insegurança alimentar e a perda de renda. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente a importância dos serviços públicos, especialmente do Sistema Único de Saúde (SUS), das escolas públicas e dos profissionais que atuaram na linha de frente da proteção da população.

O Brasil que chegou ao final de 2022 era um país mais pobre, mais desigual e mais dividido. Um país que voltou ao Mapa da Fome, que viu crescer a precarização das relações de trabalho e que assistiu ao enfraquecimento de políticas públicas fundamentais para a garantia da dignidade humana.

A partir de 2023, iniciou-se um processo de reconstrução nacional. A retomada de programas sociais, a recuperação de políticas de combate à fome, a valorização da ciência, a recomposição de espaços de participação democrática, a retomada de investimentos em educação e a recuperação de indicadores econômicos e sociais representaram importantes avanços após anos de retrocessos. Em pouco tempo, milhões de brasileiros saíram da condição de insegurança alimentar grave e o país voltou a registrar melhora nos indicadores de emprego e renda.

Mas a reconstrução está longe de estar concluída.

O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do planeta. A concentração de renda permanece elevada. Milhões de trabalhadores sobrevivem em condições precárias ou na informalidade. Persistem enormes desafios relacionados à valorização dos serviços públicos, ao financiamento da educação e da saúde, à proteção ambiental, à democratização da comunicação e ao combate às diversas formas de discriminação e violência.

Além disso, permanecem organizadas forças políticas e econômicas comprometidas com projetos que defendem a redução de direitos, o enfraquecimento da participação popular e a transformação das políticas públicas em mercadorias acessíveis apenas para quem pode pagar.

Por isso, o debate sobre o futuro do Brasil não pode ser reduzido à escolha de nomes ou candidaturas. O que está em disputa é o projeto de país que desejamos construir.

O Brasil que queremos é um país onde o trabalho seja valorizado e não explorado. Um país onde a educação pública seja prioridade permanente. Um país onde saúde, moradia, cultura, transporte e assistência social sejam direitos garantidos e não privilégios. Um país que respeite a diversidade humana, enfrente as desigualdades e fortaleça a democracia.

O Brasil que queremos é um país construído por quem trabalha, produz, educa, cuida e move a sociedade todos os dias.

Porque o futuro não será decidido apenas nas eleições.

O futuro será construído pela capacidade de organização, participação e luta da classe trabalhadora.

## 2. NENHUM DIREITO CAIU DO CÉU

É comum ouvirmos que determinados direitos são "naturais" ou que sempre existiram. A história da classe trabalhadora brasileira, entretanto, demonstra exatamente o contrário.

Nenhum direito foi concedido espontaneamente pelos grupos que historicamente concentraram poder econômico e político em nosso país. Cada conquista social, trabalhista, previdenciária e democrática foi resultado de mobilização, organização coletiva e luta popular.

A jornada de trabalho limitada, as férias remuneradas, o décimo terceiro salário, a licença-maternidade, a aposentadoria, o piso salarial de diversas categorias, o direito de greve, a liberdade sindical, a educação pública gratuita, o SUS, a assistência social e tantos outros direitos que hoje fazem parte da vida dos brasileiros foram construídos por gerações de trabalhadores e trabalhadoras que se organizaram para enfrentar injustiças e desigualdades.

A própria democracia brasileira é fruto dessa trajetória de resistência.

Foram décadas de mobilizações populares, movimentos estudantis, sindicatos, organizações comunitárias e movimentos sociais que enfrentaram perseguições, censura e violência para garantir o direito do povo de participar da vida política do país.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, consolidou grande parte dessas conquistas ao reconhecer direitos fundamentais, sociais e trabalhistas que passaram a integrar o patrimônio democrático do povo brasileiro.

Mas a história também ensina que direitos conquistados podem ser retirados.

Nas últimas décadas, especialmente após 2016, o Brasil assistiu à aprovação de medidas que reduziram proteções trabalhistas, dificultaram o acesso à aposentadoria, limitaram investimentos em políticas públicas e enfraqueceram mecanismos de proteção social construídos ao longo de décadas.

Essas mudanças demonstraram que a manutenção dos direitos exige vigilância permanente. Nenhuma conquista está garantida para sempre.

Quando trabalhadores deixam de participar da vida política, sindicatos são enfraquecidos — como ocorreu com a reforma trabalhista, que extinguiu a obrigatoriedade da contribuição sindical anual —, movimentos sociais são criminalizados ou a população é afastada dos espaços de decisão, cresce o risco de retrocessos que atingem diretamente a vida das pessoas.

Por isso, defender direitos não significa apenas preservar conquistas do passado. Significa garantir condições dignas de vida para as gerações presentes e futuras.

A luta da classe trabalhadora não se resume a reivindicações salariais ou corporativas. Ela está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Cada direito conquistado representa mais oportunidades para quem trabalha, mais proteção para quem precisa e mais dignidade para toda a população.

Ao longo da história, os avanços sociais sempre ocorreram quando a sociedade se organizou coletivamente para enfrentar privilégios, combater desigualdades e ampliar a participação popular.

Foi assim com a conquista do voto universal, com a criação das leis trabalhistas, com a construção da previdência pública, com a universalização da educação básica, com a criação do SUS e com inúmeras outras políticas que transformaram a realidade brasileira.

Por isso, é importante lembrar: direitos não são favores. Direitos não são presentes concedidos por governantes. Direitos não são privilégios.

Direitos são conquistas históricas da luta coletiva.

E da mesma forma que foram conquistados, só continuarão existindo se houver organização, consciência política e mobilização social para defendê-los.

A história da classe trabalhadora mostra que nenhuma transformação ocorreu por acaso.

Nenhum direito caiu do céu.

Todos eles foram construídos pelas mãos, pela coragem e pela luta do povo brasileiro.

## 3. EDUCAÇÃO: O CAMINHO PARA TRANSFORMAR O BRASIL

Poucas áreas possuem tanta capacidade de transformar a vida das pessoas quanto a educação.

É por meio dela que crianças, jovens e adultos ampliam suas oportunidades, desenvolvem suas potencialidades e fortalecem sua participação na vida econômica, social, cultural e política do país. Mais do que transmitir conhecimentos, a educação forma cidadãos, produz ciência, estimula a criatividade e contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e menos desigual.

Por essa razão, a defesa da educação pública deve ocupar posição central em qualquer projeto de Brasil comprometido com a justiça social.

Nenhum país conseguiu alcançar elevados níveis de desenvolvimento humano, econômico e tecnológico sem investir fortemente em educação. Da mesma forma, não existe democracia sólida sem uma população capaz de compreender criticamente a realidade, participar dos debates públicos e exercer plenamente sua cidadania.

A educação pública brasileira é resultado de uma longa trajetória de lutas sociais. O acesso universal à escola, a expansão das universidades públicas, a criação dos institutos federais, a ampliação da educação infantil, a valorização dos profissionais da educação e a construção de mecanismos permanentes de financiamento são conquistas acumuladas por gerações de educadoras e educadores, estudantes, pesquisadores e movimentos sociais.

Mas os desafios permanecem enormes.

O Brasil ainda convive com profundas desigualdades educacionais entre regiões, municípios e grupos sociais. Milhões de estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura escolar, ao acesso à tecnologia, ao transporte, à alimentação e à garantia de condições adequadas de aprendizagem. Ao mesmo tempo, muitos profissionais da educação seguem submetidos a jornadas exaustivas, sobrecarga de trabalho, desvalorização profissional e insuficiência de investimentos.

Nos últimos anos, a educação também se tornou alvo de ataques políticos e ideológicos que buscaram desacreditar professores, enfraquecer o pensamento crítico, reduzir investimentos públicos e transformar a escola em espaço de perseguição e intolerância.

Nesse cenário, preocupa também o crescimento das escolas cívico-militares, que não enfrentam as causas estruturais dos problemas educacionais e integram um projeto de orientação autoritária, baseado na militarização do ambiente escolar, no enfraquecimento da gestão democrática e na limitação da autonomia pedagógica.

Defender a educação pública significa enfrentar essas ameaças.

Significa compreender que a escola não pode ser tratada como gasto, mas como investimento estratégico para o futuro do país.

Significa defender a valorização dos profissionais da educação, a garantia de financiamento adequado, a melhoria das condições de trabalho, a ampliação da infraestrutura escolar e a construção de políticas que assegurem acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes.

Nesse contexto, ganha destaque a luta permanente pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

A criação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, a defesa dos planos de carreira, a garantia da formação continuada, a reserva de tempo para planejamento e o fortalecimento das condições de trabalho representam conquistas fundamentais para assegurar uma educação pública de qualidade.

Nenhum sistema educacional será melhor do que as condições oferecidas aos profissionais responsáveis por fazê-lo funcionar.

Por isso, a valorização docente não é apenas uma pauta corporativa. É uma política pública indispensável para o desenvolvimento nacional.

A educação que defendemos é pública, gratuita, inclusiva, democrática, laica e socialmente referenciada. É uma educação comprometida com a redução das desigualdades, com o respeito à diversidade, com os direitos humanos, com a ciência e com a formação de cidadãos críticos e participativos.

Também defendemos uma educação capaz de dialogar com os desafios do século XXI, incorporando inovação, tecnologia, sustentabilidade, cultura, pesquisa e produção de conhecimento sem abrir mão de sua função social e humanizadora.

Em uma sociedade marcada por desigualdades históricas, a escola pública continua sendo uma das mais importantes ferramentas de inclusão social e de promoção da cidadania.

Por isso, quando defendemos a educação, estamos defendendo muito mais do que escolas.

Estamos defendendo oportunidades.

Estamos defendendo direitos.

Estamos defendendo democracia.

Estamos defendendo o futuro.

E é exatamente por isso que a educação ocupa lugar central no Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora.

## 4. DEMOCRACIA É MUITO MAIS QUE VOTAR

A democracia não se resume ao momento em que depositamos nosso voto na urna.

Votar é fundamental, mas a construção da democracia acontece todos os dias, quando a população participa das decisões que afetam sua vida, fiscaliza os governantes, organiza-se coletivamente e luta pela garantia de direitos.

Foi graças à mobilização popular que o Brasil conquistou avanços importantes como o SUS, a educação pública, a liberdade sindical, os conselhos de políticas públicas e diversos mecanismos de participação social, que, por sua vez, foram consolidados como diretos das brasileiras e dos brasileiros na Constituição de 1988.

Por isso, defender a democracia significa defender muito mais do que eleições livres.

Significa defender a liberdade de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, o direito à manifestação, a liberdade de imprensa, a participação popular e o respeito às instituições democráticas.

Nos últimos anos, o Brasil assistiu ao crescimento de discursos autoritários, ataques às instituições, disseminação de notícias falsas e tentativas de enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais. Esses episódios demonstraram que a democracia não é permanente: ela precisa ser protegida e fortalecida continuamente.

Para a classe trabalhadora, democracia também significa ter voz nas decisões sobre educação, saúde, orçamento público, condições de trabalho e políticas sociais.

Não existe democracia plena quando a maioria da população é excluída das decisões que impactam sua própria vida.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende uma democracia viva, participativa e popular, onde trabalhadores e trabalhadoras não sejam apenas eleitores, mas protagonistas da construção do futuro do país.

## 5. DIREITOS HUMANOS SÃO DIREITOS DE TODAS E TODOS

Quando falamos em direitos humanos, estamos falando do direito de cada pessoa viver com dignidade.

Estamos falando do direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, à alimentação, à cultura, à segurança e à liberdade.

Direitos humanos não pertencem a um grupo específico. Não são privilégios. São direitos fundamentais que devem ser garantidos a todas as pessoas, sem distinção de origem, raça, gênero, religião, orientação sexual, condição física ou condição social.

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades. A misoginia ainda estrutura diferentes formas de violência contra as mulheres, expressas na desigualdade salarial, na violência política de gênero — que busca constrangê-las, silenciá-las e afastá-las dos espaços de poder — e, em sua manifestação mais extrema, no feminicídio. A população negra permanece como principal vítima do racismo, da violência e da exclusão social, além de ser diretamente atingida pela intolerância religiosa, sobretudo contra as religiões de matriz africana. Pessoas LGBTQIAPN+ seguem enfrentando preconceito e discriminação. Pessoas com deficiência encontram barreiras para exercer plenamente sua cidadania. Povos indígenas e comunidades tradicionais continuam lutando pela garantia de seus territórios e de seus direitos.

Combater essas desigualdades não significa criar privilégios. Significa construir condições para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades.

Uma sociedade democrática não pode aceitar que parte de sua população seja impedida de viver plenamente em razão de preconceitos ou discriminações.

Por isso, o Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende uma sociedade baseada no respeito à diversidade, na promoção da igualdade e na garantia de direitos para todas e todos.

Defender direitos humanos é defender a dignidade humana.

E defender a dignidade humana é defender um Brasil mais justo, mais democrático e menos desigual.

# 6. TRABALHO DIGNO, VIDA DIGNA

O trabalho move o Brasil.

São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que educam, produzem alimentos, constroem cidades, prestam serviços, cuidam das pessoas e fazem a economia funcionar todos os dias.

No entanto, quem produz a riqueza do país nem sempre recebe uma parcela justa dela.

Nas últimas décadas, a classe trabalhadora enfrentou sucessivos ataques a direitos históricos. A precarização das relações de trabalho, o crescimento da informalidade, a perda do poder de compra dos salários e as mudanças na legislação trabalhista e previdenciária aumentaram a insegurança para milhões de famílias brasileiras.

Ao mesmo tempo, novas formas de exploração surgiram sob o discurso da modernização. Muitos trabalhadores passaram a atuar sem garantias mínimas, sem proteção social e sem direitos assegurados.

Por isso, defender trabalho digno continua sendo uma das principais tarefas da classe trabalhadora brasileira.

Trabalho digno significa salário justo, valorização profissional, fim da jornada 6 x 1, ambientes de trabalho seguros, direito à aposentadoria, proteção social e respeito aos direitos trabalhistas.

No caso das e dos profissionais da educação, isso significa também defender o Piso Nacional do Magistério, os planos de carreira, a formação continuada, condições adequadas de trabalho e o reconhecimento social da importância da profissão.

Nenhuma sociedade se desenvolve desvalorizando quem educa suas crianças, atende sua população ou presta serviços essenciais.

# 7. O BRASIL QUE A CLASSE TRABALHADORA DEFENDE

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora não é uma ideia abstrata. Ele se expressa em compromissos concretos com a vida do povo, com os direitos sociais, com a democracia, com a educação pública e com a valorização de quem trabalha.

Defendemos um Brasil construído a partir das necessidades da maioria da população, e não dos privilégios de poucos.

## 7.1. Um Brasil com democracia e participação popular

Defendemos um país onde a democracia não se limite ao voto.

A classe trabalhadora precisa participar das decisões sobre orçamento público, educação, saúde, trabalho, assistência social, cultura, moradia, segurança e desenvolvimento.

Isso significa fortalecer conselhos, conferências, audiências públicas, sindicatos, grêmios estudantis, associações comunitárias e todos os espaços de participação social.

Sem participação popular, a democracia fica incompleta.

## 7.2. Um Brasil com educação pública forte

Defendemos a educação pública como prioridade nacional.

Isso significa garantir financiamento adequado, valorização dos profissionais da educação, concurso público, cumprimento do Piso Nacional do Magistério, fortalecimento dos planos de carreira, formação continuada, infraestrutura digna nas escolas e condições reais de ensino e aprendizagem.

A educação pública deve ser gratuita, laica, democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Nenhum país se desenvolve atacando seus professores ou abandonando suas escolas.

## 7.3. Um Brasil com trabalho digno e direitos trabalhistas

Defendemos um país onde o trabalho seja valorizado.

Isso significa combater a precarização, a informalidade, o desemprego, a terceirização sem limites e todas as formas de exploração que retiram direitos da classe trabalhadora.

Trabalho digno exige salário justo, jornada equilibrada, proteção social, direito à aposentadoria, segurança no ambiente de trabalho e liberdade de organização sindical.

Quem produz a riqueza do Brasil precisa viver com dignidade.

## 7.4. Um Brasil com serviços públicos valorizados

Defendemos o fortalecimento dos serviços públicos.

Saúde, educação, assistência social, previdência, cultura, segurança, transporte e políticas de proteção social não podem ser tratados como mercadorias.

Serviço público forte é condição para combater desigualdades e garantir direitos.

Por isso, defendemos concursos públicos, valorização dos servidores, condições adequadas de trabalho e financiamento permanente das políticas públicas.

## 7.5. Um Brasil sem fome e sem pobreza

Defendemos um país onde nenhuma família seja obrigada a conviver com a fome.

Combater a pobreza e a insegurança alimentar deve ser compromisso permanente do Estado brasileiro.

Isso exige políticas de distribuição de renda, geração de emprego, fortalecimento da agricultura familiar, merenda escolar de qualidade, assistência social estruturada e garantia de direitos básicos para toda a população.

Fome não é destino. Fome é escolha política.

## 7.6. Um Brasil que Enfrente as Desigualdades

A desigualdade é uma das marcas mais profundas da sociedade brasileira.

Embora todos sejam formalmente iguais perante a lei, milhões de brasileiros continuam enfrentando obstáculos que limitam seu acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia e aos direitos mais básicos. Mulheres, população negra, povos indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBTQIAPN+ convivem diariamente com situações de discriminação, violência e exclusão.

Construir um país mais justo exige enfrentar essas desigualdades de forma direta. Isso significa fortalecer políticas públicas de inclusão, ampliar oportunidades e combater todas as formas de preconceito.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende uma sociedade em que todas as pessoas possam viver com dignidade, respeito e igualdade de direitos.

## 7.7. Um Brasil que Valorize a Juventude

Nenhum país constrói seu futuro abandonando sua juventude.

Milhões de jovens brasileiros enfrentam dificuldades para concluir os estudos, ingressar no mercado de trabalho e construir seus projetos de vida. Muitos convivem com a falta de oportunidades, a violência, a exclusão digital e a ausência de políticas públicas capazes de garantir perspectivas para o futuro.

Valorizar a juventude significa investir em educação, cultura, esporte, ciência, tecnologia, qualificação profissional e geração de empregos.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora acredita que os jovens devem ser protagonistas da construção de um país mais democrático, desenvolvido e socialmente justo.

## 7.8. Um Brasil que Defenda a Saúde Pública

A pandemia demonstrou ao país inteiro a importância do Sistema Único de Saúde.

Foi o SUS que garantiu vacinação, atendimento hospitalar, vigilância sanitária e assistência à população em um dos momentos mais difíceis da história recente do Brasil. A experiência também deixou evidente que saúde não pode ser tratada como mercadoria.

Defender a saúde pública significa fortalecer o SUS, a mpliar investimentos, valorizar seus profissionais e garantir atendimento digno para toda a população.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora entende que saúde é um direito fundamental e uma obrigação do Estado.

## 7.9. Um Brasil que Gere Desenvolvimento com Justiça Social

O crescimento econômico, por si só, não resolve os problemas do país.

O Brasil precisa crescer, gerar empregos, ampliar investimentos e estimular a produção. Mas esse desenvolvimento deve estar comprometido com a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população.

Não basta produzir riqueza. É preciso garantir que seus benefícios sejam compartilhados por toda a sociedade.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende um modelo de desenvolvimento baseado na valorização do trabalho, na distribuição de renda, na ciência, na inovação e no fortalecimento das políticas públicas.

## 7.10. Um Brasil que Proteja a Vida e o Meio Ambiente

O futuro do Brasil está diretamente ligado à preservação de seus recursos naturais.

As mudanças climáticas, os eventos extremos, o desmatamento e a degradação ambiental afetam cada vez mais a vida das pessoas, especialmente das populações mais vulneráveis.

Proteger o meio ambiente não é um obstáculo ao desenvolvimento. É uma condição para garantir qualidade de vida às atuais e futuras gerações.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende um desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

## 7.11. Um Brasil com Informação, Cultura e Democracia

A democracia depende de uma sociedade bem informada, culturalmente diversa e capaz de participar de forma consciente da vida pública.

Por isso, defender a comunicação, a cultura e a produção de conhecimento é também defender a democracia.

Nos últimos anos, as plataformas digitais passaram a exercer enorme influência sobre a forma como as pessoas se informam, se relacionam e compreendem a realidade. Ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso à comunicação, também contribuíram para a disseminação de notícias falsas, discursos de ódio, ataques às instituições democráticas e à própria ideia de verdade.

Esse poder não pode estar acima do interesse público.

Defendemos uma comunicação democrática, plural e comprometida com o direito da população à informação de qualidade. Defendemos a valorização do jornalismo profissional, da ciência, da educação e da produção de conhecimento como instrumentos fundamentais para o fortalecimento da cidadania.

Da mesma forma, defendemos a cultura como um direito do povo e uma expressão da diversidade brasileira. Valorizar a cultura significa preservar nossa memória, fortalecer as manifestações populares e garantir que diferentes vozes e identidades tenham espaço na sociedade.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende uma sociedade onde a informação sirva à democracia, a cultura fortaleça a identidade do povo e a comunicação esteja a serviço da cidadania, e não da manipulação, da intolerância ou dos interesses econômicos de poucos grupos.

## 7.12. Um Brasil com Previdência Pública e Aposentadoria Digna

Defendemos um país onde envelhecer não seja sinônimo de abandono.

A previdência social é uma das maiores conquistas da classe trabalhadora. Ela garante proteção a quem dedicou sua vida ao trabalho e precisa ter direito a uma aposentadoria digna, segura e respeitada.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende uma previdência pública, solidária e sustentável, que garanta o fim da taxação de aposentados e aposentadas e assegure proteção aos trabalhadores e às trabalhadoras da ativa, bem como a aposentados, aposentadas e pensionistas.

## 7.13. Um Brasil com Liberdade Sindical e Direito de Organização

Nenhum direito da classe trabalhadora foi conquistado sem organização.

Por isso, defendemos o fortalecimento dos sindicatos, o direito de greve, a negociação coletiva e a liberdade de organização nos locais de trabalho.

Atacar sindicatos é atacar a capacidade dos trabalhadores de defenderem seus direitos.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora reconhece que uma democracia verdadeira precisa respeitar e fortalecer a organização popular e sindical.

## 7.14. Um Brasil com Justiça Fiscal e Orçamento para o Povo

Defendemos um país onde o orçamento público esteja a serviço da maioria da população.

Isso significa garantir recursos para educação, saúde, assistência social, cultura, moradia, transporte, segurança alimentar e valorização dos serviços públicos.

Também significa enfrentar privilégios, combater a sonegação, ampliar a transparência e construir uma política tributária mais justa, em que quem ganha mais contribua mais.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende que dinheiro público deve servir ao povo, e não aos interesses de poucos.

## 7.15. Um Brasil com Segurança Pública Cidadã

Defendemos uma segurança pública comprometida com a vida, os direitos humanos e a proteção da população.

Segurança não se constrói apenas com repressão. Ela exige educação, cultura, esporte, trabalho, iluminação pública, políticas para juventude, combate às desigualdades e presença efetiva do Estado nos territórios.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende políticas de segurança que enfrentem a violência sem criminalizar a pobreza, os movimentos sociais ou a juventude periférica.

## 7.16. Um Brasil com Soberania e Defesa do Patrimônio Público

Defendemos um país soberano, capaz de decidir seus próprios rumos.

As riquezas naturais, o patrimônio histórico-cultural, as empresas estratégicas, a ciência, a tecnologia, a educação, a saúde e os serviços públicos devem estar a serviço do desenvolvimento nacional e da melhoria da vida do povo.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora se opõe à entrega do patrimônio público e defende um Estado forte, democrático e comprometido com os interesses da maioria.

## 7.17. Um Brasil que Valorize os Estados e os Municípios

O Brasil que defendemos também precisa nascer dos territórios.

As grandes decisões nacionais impactam diretamente a vida nos estados e municípios. Por isso, é preciso garantir mais recursos, participação popular e políticas públicas capazes de responder às necessidades concretas da população local.

Em Maracanaú, isso significa defender a educação pública, valorizar os profissionais da educação, fortalecer os serviços públicos, ampliar oportunidades para a juventude e construir uma cidade mais justa, democrática e inclusiva.

## 7.18. Um Brasil com Moradia Digna e Direito à Cidade

Defendemos um país onde todas as pessoas tenham direito à moradia digna, saneamento básico, transporte público de qualidade, acesso à cultura, ao lazer e aos equipamentos públicos.

As cidades devem ser planejadas para atender às necessidades da população e não apenas aos interesses econômicos de poucos grupos.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora defende cidades inclusivas, sustentáveis e acessíveis, onde o direito à cidade seja garantido para todas e todos.

## 7.19. Um Brasil com Ciência, Tecnologia e Produção de Conhecimento

Nenhuma nação alcança soberania e desenvolvimento sem investir em ciência, tecnologia e inovação.

Defendemos o fortalecimento das universidades públicas, dos institutos federais, dos centros de pesquisa e das políticas de incentivo à produção científica.

O conhecimento produzido pelo povo brasileiro deve estar a serviço do desenvolvimento nacional, da melhoria da qualidade de vida da população e da redução das desigualdades.

## 7.20. Um Brasil com Segurança Alimentar, Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Defendemos políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, o cooperativismo, a produção sustentável de alimentos e o desenvolvimento rural.

Garantir comida de qualidade na mesa do povo brasileiro exige apoio aos pequenos produtores, acesso à terra, crédito, assistência técnica e políticas de comercialização.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora compreende que combater a fome também significa fortalecer quem produz alimentos.

## 7.21. O Ceará e Maracanaú que a Classe Trabalhadora Defende

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora também precisa enfrentar os desafios concretos do Ceará e de Maracanaú.

Nosso estado avançou em diversos indicadores sociais nas últimas décadas e consolidou importantes políticas públicas. Entretanto, continua marcado por estruturas políticas profundamente conservadoras, pela concentração de poder em grupos econômicos e familiares tradicionais e por práticas fisiológicas que ainda limitam a participação popular e a renovação democrática.

O Ceará que a classe trabalhadora defende é um Ceará que rompa definitivamente com a cultura do favor, do apadrinhamento e da dependência política. Um estado onde os direitos não sejam tratados como concessões de governantes, mas como deveres permanentes do poder público.

Defendemos um Ceará onde a população participe das decisões estratégicas sobre desenvolvimento, orçamento, infraestrutura e políticas públicas. Um estado que enfrente suas desigualdades regionais históricas e que distribua oportunidades para além dos grandes centros urbanos.

Em Maracanaú, essas contradições se apresentam de forma ainda mais evidente.

A cidade se consolidou como um dos maiores polos industriais do Nordeste, concentra riqueza, produção e arrecadação, abriga importantes empreendimentos econômicos e ocupa posição estratégica na Região Metropolitana de Fortaleza. Ao mesmo tempo, convive com problemas sociais que demonstram que crescimento econômico, sozinho, não produz justiça social.

Maracanaú é uma cidade moderna em sua estrutura produtiva, mas ainda fortemente marcada por práticas políticas tradicionais e por graves desigualdades sociais. O desenvolvimento econômico nem sempre foi acompanhado pela ampliação da participação popular, pelo fortalecimento da cidadania e pela democratização dos espaços de poder.

Essa contradição também se expressa nos índices de violência: em 2025, o município registrou 80,7 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, figurando como o terceiro mais violento do país entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2026.

A questão ambiental também evidencia os custos sociais do modelo de desenvolvimento de Maracanaú. Bairros próximos ao polo industrial, como Acaracuzinho, convivem historicamente com odores, gases e poeiras associados às atividades fabris; em 2026, moradores da região voltaram a relatar forte odor químico e sintomas de mal-estar, embora a fiscalização ainda não tivesse identificado sua origem. No Mutirão Vida Nova, a proximidade com o Aterro Sanitário Metropolitano Sul reforça a necessidade de controle ambiental permanente, gestão adequada dos resíduos, proteção à saúde e participação das comunidades atingidas nas decisões sobre o território.

Por isso, a classe trabalhadora precisa defender uma cidade onde a política seja guiada pelo interesse público e não por projetos pessoais, familiares ou eleitorais permanentes.

Defendemos uma Maracanaú que supere a lógica dos grupos políticos que tratam a administração pública como instrumento de manutenção de poder. Uma cidade onde a população seja sujeito das decisões e não apenas espectadora dos processos políticos.

Também defendemos que a riqueza produzida em Maracanaú seja convertida em melhoria efetiva da qualidade de vida da população. Não é aceitável que uma das cidades economicamente mais importantes do Ceará conviva com desigualdades, carências urbanas e limitações no acesso a oportunidades para amplos setores da população.

O Ceará e Maracanaú que a classe trabalhadora defendem são territórios comprometidos com a democracia, a transparência, a participação popular e a justiça social.

Territórios onde o desenvolvimento econômico caminhe lado a lado com a distribuição de renda, a ampliação de direitos e o fortalecimento da cidadania.

Porque não basta crescer.

É preciso garantir que a riqueza produzida pelo trabalho coletivo retorne para quem a produz: o povo trabalhador.

# CONCLUSÃO

## O Futuro Não Está Escrito

O Brasil que temos não surgiu por acaso.

Ele é resultado das escolhas políticas, econômicas e sociais realizadas ao longo da nossa história. Da mesma forma, o Brasil que teremos amanhã dependerá das escolhas que fizermos hoje.

A classe trabalhadora conhece bem essa realidade. Foi através da luta coletiva que conquistamos direitos, ampliamos a democracia, fortalecemos os serviços públicos e construímos políticas capazes de melhorar a vida da população.

Mas a história também nos ensina que nenhuma conquista é definitiva.

Direitos podem ser ampliados. Direitos podem ser retirados.

A democracia pode avançar. A democracia pode retroceder.

Por isso, o futuro não está escrito.

Ele será construído pela capacidade de organização, mobilização e participação do povo brasileiro.

Em 2026, mais uma vez, o Brasil será chamado a decidir seus rumos. Mas a escolha que está diante de nós vai além de nomes, partidos ou candidaturas. O que está em disputa é o projeto de país que desejamos construir.

De um lado, estão aqueles que defendem a concentração da riqueza, a redução dos direitos, a mercantilização dos serviços públicos e o enfraquecimento da participação popular.

Do outro, estão aqueles que acreditam que a democracia deve servir à maioria do povo, que o trabalho deve ser valorizado, que a educação pública deve ser fortalecida e que os direitos sociais devem ser ampliados.

Esta cartilha não pretende oferecer respostas prontas.

Ela é um convite à reflexão, ao debate e à ação.

Um chamado para que trabalhadores e trabalhadoras da educação compreendam seu papel na construção do presente e do futuro.

Porque nenhuma transformação social acontece sem participação popular.

Nenhum direito se sustenta sem organização.

Nenhuma democracia permanece viva sem cidadãos conscientes e mobilizados.

O Projeto de Brasil da Classe Trabalhadora é, acima de tudo, um compromisso com a justiça social, com a democracia, com a educação pública e com a dignidade humana.

E sua construção depende de cada um de nós.

Afinal, como nos ensinou Paulo Freire, a história não é destino.

A história é possibilidade.

E o Brasil que queremos continua sendo uma tarefa coletiva da classe trabalhadora.

Suprema

Sua luta, sua voz, sua força!

Rua Manoel Pereira, 191, Centro

☎ (85) 3371.2136 (85) 98546.7290